



## O Problema do Café

Nesta secção de A RURAL, em fevereiro de 1961, tivemos oportunidade de mencionar algumas passagens da vida de Luis de Toledo Piza Sobrinho. Falar de Luis Piza Sobrinho é forçosamente falar de café. O aprezentador dos Anais da Mesa Redonda da Agricultura — 1952, tem o seu nome ligado a muitos artigos, entrevistas, conferências, palestras, além de sua presença estar consignada em farta bibliografia. Poderíamos mencionar ainda O PROBLEMA AGRARIO DO BRASIL, discurso de 19-6-1946, na Assembléa Constituinte, que foi impresso por um grupo de amigos. Sob a epigrafe Em Marcha Para a Civilização Rural temos uma exposição de sua autoria, quando ainda secretário da Agricultura de São Paulo, a propósito da instituição dos cargos de agrônomos e dos clubes de trabalho. Isso em 1935.

Sob o título O Problema do Café, chegam-nos agora às mãos um folheto contendo o discurso pronunciado por Luis Piza Sobrinho ao tomar posse da presidência do D.N.C., a 5 de novembro de 1936. Deixava s.s., a Secretaria da Agricultura, no governo de Armando de Salles Oliveira, para assumir aquele cargo. Era Ministro da Fazenda, à época, Artur de Souza Costa. Nesse opusculo chama Luis Piza Sobrinho atenção para o caráter nacional do problema do café. Era o primeiro paulista a ocupar aquele cargo nessa "atormetada quadra da vida económica do país e do mundo." Assinalava ainda que os paulistas formaram a maior "cultura extensiva de caráter permanente, que o homem fez conseguita na terra." Piza esteve apenas alguns meses no D.N.C. Armando de Salles Oliveira fora então colocado ante o dilema arduamente arquitetado por Vargas: indicar um homem de sua confiança para tentar salvar o café ou ser acusado de ter se negado a colaborar. Preferiu a primeira alternativa.

Vejamos adiante algumas passagens do discurso de posse de Luis Piza Sobrinho:

"A situação da cultura cafeeira, em seu principal centro produtor, em meu Estado, transformou-se de maneira surpreendente de 1929 para cá. Quando o illustre governador de São Paulo, pouco depois de assumir o poder, determinou que se realizasse a indispensável operação censitária para saber a quantas andava a nau do Estado, surgiram as surpresas. A mais evoluída unidade política da Federação encontrava-se num período de evolução accentuada, que a transferia, em pouco tempo, da monocultura latifundiária para a policultura das pequenas propriedades. O censo de setembro de 1936 accusava cerca de 275.000 propriedades agrícolas, com a maioria esmagadora de 177 mil para as de menos de 10 alqueires e com quase 50 mil para as que ficavam entre 10 e 25 alqueires. Era a mais profunda e a mais pacífica revolução a que o Brasil assistira até aqui. Dêse total, cerca de 275 mil fazendas, apenas 82.305 eram de café, e se bem que a área cultivada pela rubiúca representasse

ainda um pouco mais que 50% de toda a superficie no Estado, a situação apresentava-se tão diferente do passado, que cerca de 60 mil fazendas ou sítios, com menos de 10 alqueires de terras, representando um terço das plantações de café, tinham somente 7 mil pés, em média, para cada propriedade agrícola.

Essa fênomeno revelava outro: para o pequeno sítiante que, movido pelo desejo da posse da terra, se abalancara a adquirir a gleba em que foi morar, a cultura do café era e é uma industria subsidiária, de segunda importância, que representa, na sua economia, apenas um "bico". Como esses pequenos proprietários são quase sempre egressos da antiga posição de colonos que, tendo apanhado os bons tempos, conseguiram amalhar o suficiente para se tornarem senhores de um pequeno trato de terra, a sua cultura é quase nula e nula também a capacidade de entender e atender às solicitações dos técnicos no sentido de apresentar um produto de fácil colocação. De ordinário, quando esse antigo colono sabe ler, o que não é a regra, não lê jornais, não lê revistas de espécie agrícola, quanto mais as especializadas, não frequenta meios que lhe possam altear o nível dos conhecimentos profissionais, nem prava com pessoas de cujas luzes se possa valer no sentido de melhorar a sua produção. E' um insulado na sua ignorância e como o café é para êle uma "espécie de bicho da seda" para outros povos, colhe o que lhe aparece e a natureza, em sua extrema bondade, foi capaz de lhe dar, apesar de abandonada a si mesma, e vende o produto em côco, depois de havê-lo feito secar nos carregadores, castigado pelo nosso sol ardente, que lhe rouba tôdas as essências e óleos voláteis indispensáveis à sua conservação, gôsto e durabilidade. Para aqueles que já lidaram, mesmo perfuntoriamente, com os problemas do café, não será preciso acrescentar mais nada: todos entendem que espécie de produto, da mais baixa qualidade, é entregue aos intermediários a fim de ser exportado e vendido lá fora como café do Brasil.

E' possível que, ao primeiro exame, nosso espirito seja levado a supôr o fênomeno sem grandes conseqüências, tratando-se de pequenas propriedades cujo montante

de produção não deve influir de maneira sensível sobre o total global do Estado. A mim também tentou o argumento e foi com sofredimento que me dirigi aos números do censo, na esperança de que a parcela que lhe cabia não tivesse influencia sobre a exportação. Infelizmente, os números eram terríveis: os pequenos sítios de menos de 10 alqueires, haviam contribuído, em 1934, com um total de mais de 20 milhões de arrobas, isto é, pouco mais da terça parte da produção total paulista. Eles tinham injetado nos mercados nada menos de 5 milhões de sacas de mau café, em sua quase totalidade. Isso, senhores, em 1934. Dai para cá, o fênomeno do parcelamento das terras nada mais fez do que recrudescer, em São Paulo. O gôsto pelo lotamento das fazendas empolgou a comunidade. Sociedades se fundaram para explorar esse tipo de comércio. Supôr que nosso Estado tenha hoje mais de 300 mil propriedades agrícolas, pode ser um cálculo com uma percentagem de erro excessivo, porque pode bem acontecer que esse total já ande por cima da casa dos 400 mil. E a divisão se processa, como se sabe, à custa quase exclusiva das fazendas de café, aquelas cujo limite de rendimento médio por mil pés desanimou os seus antigos proprietários, que não encontram mais lucros compensadores e fartos de outrora.

E o café, portanto, que continua a ser sacrificado. Quanto mais se parcela a propriedade, mais baixo cá o nível de sua qualidade. Há uma successão de conclusões que o empurram, de ano para ano, para uma situação cada vez pior; mesmo que entendesse, faltar-lhe-iam os recursos para pôr em prática eficiente os seus conhecimentos ainda que os tivesse, não o faria, porque o café, em tão diminuta área de cultivo, não figura e não pode figurar como, atividade principal. Melhor será deixá-lo ao Deus dará, tratado do jeito que for possível, a modo de todo o mundo.

Não haverá um meio de corrigir esse perigoso movimento? e desviá-lo da descida vertiginosa em que se meteu? Há, se tivermos o sangue frio de encarar o problema com serenidade e sem intuito de nos ludibriarmos.

A questão da melhora dos produtos é essencialmente educativa. Temos, portanto, de começar de baixo, paulatinamente e sem pressa. Não há obra nenhuma verdadeiramente educativa que se possa fazer à electricidade."

A propósito da renovação das lavouras e substituição pela erradicação de velhos cafezais, assinalou naquela oportunidade:

"Mesmo que o quisesse, mesmo que sentisse uma enorme vontade de substituir a lavoura, não o poderia fazer. O café, em que pese aos seus detratadores e aos desanimados e desiludidos, ainda será por muitos anos o estio da riqueza pública e da particular. E embora todos desejemos que a sua percentagem na produção nacional vá sendo paulatinamente diminuída, pela entrada de novos fatores, a sua organização

## AMERICAN COFFEE CORPORATION

CAIXA POSTAL 416

SANTOS - BRASIL